



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*[Assinatura]*

LFSD  
Nº 70016913816  
2006/CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 4.162/06. ESTÍMULO À DOAÇÃO DE SANGUE. MEDIDA QUE, AO MENOS EM SEDE DE COGNIÇÃO DE JUÍZO, PARECE IMPORTAR EM MERA PROMOÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. DEVER CONSTITUCIONAL. ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 241 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO, POIS OS EXAMES PREVISTOS NA NORMA IMPUGNADA CONFIGURAM MERAS AÇÕES CONCRETIZADORAS DO DIREITO À SAÚDE.

AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.  
VOTOS VENCIDOS.

AGRAVO REGIMENTAL

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70016913816

PORTO ALEGRE

PREFEITA MUNICIPAL DE ESTEIO

AGRAVANTE

CAMARA MUNICIPAL DE ESTEIO

AGRAVADA

EXMO SR PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO

INTERESSADO

*[Assinatura]*

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos

Acordam os Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria, em negar provimento, vencidos os Desembargadores Ranolfo Vieira, Paulo Moacir Aguiar Vieira, Vasco Della Giustina, Danúbio Edon Franco, Luiz Ari Azambuja Ramos, João Carlos Branco Cardoso e Roque Miguel Fank.



LFSD  
Nº 70016913816  
2006/CÍVEL

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE), DES. JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO, DES. OSVALDO STEFANELLO, DES. ARISTIDES PEDROSO DE ALBUQUERQUE NETO, DES. RANOLFO VIEIRA, DES. VLADIMIR GIACOMUZZI, DES. ARAKEN DE ASSIS, DES. PAULO MOACIR AGUIAR VIEIRA, DES. VASCO DELLA GIUSTINA, DESA. MARIA BERENICE DIAS, DES. DANÚBIO EDON FRANCO, DES. LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, DES. JORGE LUÍS DALL'AGNOL, DES. ROQUE MIGUEL FANK, DES. JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO, DES. ARNO WERLANG, DES. ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO, DES. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO, DES. VICENTE BARROCO DE VASCONCELLOS, DES. NEREU JOSÉ GIACOMOLLI, DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ E DES. MARIO ROCHA LOPES FILHO.**

Porto Alegre, 02 de outubro de 2006.

**DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,**  
Relator.

## **RELATÓRIO**

**DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)**

Trata-se de agravo regimental interposto por SANDRA BEATRIZ SILVEIRA, Prefeita Municipal de Esteio, contra a decisão de fls. 30/32 que indeferiu a liminar pleiteada em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade por ela proposta em face da Lei Municipal n. 4.162, de 26 de junho de 2006,



LFSD  
Nº 70016913816  
2006/CÍVEL

que dispõe sobre o estímulo à doação de sangue no respectivo Município e dá outras providências.

Sustenta que todo o regramento sobre a doação de sangue é da competência da União Federal, sendo que em regulamentação ao art. 199 da Constituição Federal restou editada a Lei nº 10.205/01, a qual concebe a doação de sangue como um ato humanitário, altruísta e, em hipótese alguma, admite retribuição para que o ato de doação se perfectibilize.

Assevera que, nessa perspectiva, pouco importa se o doador cobrará em espécie pelo sangue doado ou se buscará a indenização pela doação de sangue, mediante a obtenção de exames médicos gratuitos, como proposto pela legislação municipal.

Argúi, ainda, que a norma impugnada onera e causa prejuízos ao erário público, bem como carece de razoabilidade, uma vez que obriga o Município a instituir uma rede de atendimento, especificamente para a realização de “checkups”, que, sequer os particulares e a rede de planos de saúde podem conceber.

Pondera que não há previsão orçamentária para fazer frente a tais dispêndios, o que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Requer que seja conhecido o presente agravo regimental e, reformada a decisão para o fim de ser concedida liminar suspendendo os efeitos da Lei Municipal nº 4.162, de 26 de junho de 2006.

É o relatório.

## **VOTO**

**DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)**

Não merece provimento o agravo regimental.

Compulsados os autos, verifica-se que a Lei Municipal nº 4.162, de 26 de junho de 2006, ora impugnada, ao dispor sobre o estímulo à doação



LFSD  
Nº 70016913816  
2006/CÍVEL

de sangue, trata substancialmente de questões atinentes à efetividade do direito à saúde dos munícipes de Esteio, o que, inequivocamente, se coaduna com o disposto no art. 196 da Constituição Federal e no *caput* do art. 241 da Constituição Estadual que assim, respectivamente, preconizam:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

*Art. 241 – A saúde é direito de todos e dever do Estado e do Município, através de sua promoção, proteção e recuperação.*

Vê-se que é dever de todos os entes federados a promoção, proteção e recuperação da saúde dos cidadãos, de modo que inequívoca a solidariedade entre os referidos entes, não se podendo falar, ao menos em sede de cognição sumária, como ocorre na hipótese, de invasão de competência legislativa.

Ademais, o preâmbulo da lei ora impugnada fala em “estímulo” à doação de sangue, o que nada mais é senão a concretização da tarefa de promoção da saúde, também atribuída ao Município nos termos dos dispositivos constitucionais acima transcritos.

Salienta-se, ainda, que os exames indicados no §1º, do art. 1º da Lei Municipal em comento nada mais configuram que ações concretas do direito à saúde que, como já observado, é dever do Município, razão pela qual, ao menos em sede de juízo perfunctório, não se pode tê-los como retribuição para que o ato de doação se perfectibilize.



LFSD  
Nº 70016913816  
2006/CÍVEL

Nesses termos, conclui-se, também, pela impossibilidade de cogitar-se de ocorrência de dano irreparável, ou de difícil reparação, em face da aplicação das disposições da referida lei, uma vez que, como visto, se trata de mera concretização do direito à saúde.

Pelo exposto **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL.**

**DES. ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO** - De acordo com o Relator.

**DES. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO** - De acordo com o Relator.

**DES. RANOLFO VIEIRA** - Senhor Presidente, estou divergindo.

Não recebi o texto da lei nem o teor do indeferimento da liminar, mas, pelo que pude perceber, trata-se de uma proposição de ação direta de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, já que se cuida aqui de disciplinar o serviço público, mais precisamente criação de atribuições a órgão da Administração Pública, que é matéria privativa do chefe do Executivo.

Então, parece-me que o *fumus boni juris* está aqui presente, e, de resto, como argumenta a Senhora Prefeita Municipal, ocorre que o indeferimento da liminar acarreta despesas imediatas para o Município que dificilmente poderão ser atingidas sem prejuízo a outras atividades devidamente programadas, devidamente postas no orçamento.

Parece-me, então, que o perigo da demora está também presente, razão pela qual estou dando provimento ao agravo regimental para conceder a liminar suspendendo os efeitos da lei em causa, até que seja julgada a ação direta de inconstitucionalidade proposta.

**DES. VICENTE BARRÔCO DE VASCONCELLOS** - De acordo com o Relator.



LFSD  
Nº 70016913816  
2006/CÍVEL

**DES. NEREU JOSÉ GIACOMOLLI** - De acordo com o Relator.

**DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ** - De acordo com o Relator.

**DES. MÁRIO ROCHA LOPES FILHO** - De acordo com o Relator.

**DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE)** - De acordo com o Relator.

**DES. JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO** - De acordo com o Relator.

**DES. OSVALDO STEFANELLO** - Senhor Presidente, também acompanho o eminente Relator e me ateno ao art. 241 da Constituição Estadual. Nem me refiro ao art. 196 da Constituição Federal.

O art. 196 fala em dever do Estado. Aqui fala em dever do Município, por meio da sua promoção, proteção e recuperação, e eu não vejo, como não vê o eminente Relator, a questão de perigo eminente às finanças do Município, mesmo que isso venha a ocorrer de uma certa forma.

De qualquer forma, para efeito de liminar, não há elementos indispensáveis para tanto, sendo melhor aguardar que o processo tenha seguimento normal. Essas ações de inconstitucionalidade – todos nós sabemos – têm um tramitar extremamente rápido. Em dois, três meses, no máximo, estaremos julgando o mérito dessa ação, daí por que estou com o eminente Relator, com essas pequenas ponderações que desejo fazer.

**DES. ARISTIDES P. DE ALBUQUERQUE NETO** - De acordo com o Relator.

**DES. VLADIMIR GIACOMUZZI** – De acordo com o Relator.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD

Nº 70016913816

2006/CÍVEL

DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE) -  
AGRAVO REGIMENTAL Nº 70016913816, COMARCA DE PORTO  
ALEGRE: "NEGARAM PROVIMENTO, VENCIDOS OS  
DESEMBARGADORES RANOLFO VIEIRA, PAULO MOACIR  
AGUIAR VIEIRA, VASCO DELLA GIUSTINA, DANÚBIO EDON  
FRANCO, LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, JOÃO CARLOS  
BRANCO CARDOSO E ROQUE MIGUEL FANK".

AM